



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

TERMO DE CONTRATO 028/2018

**TERMO DE CONTRATO Nº 028/2018, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO E A EMPRESA
CONTAUTO CONTINENTE AUTOMOVES LTDA**

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.570/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961351-ES, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CONTAUTO CONTINENTE AUTOMOVES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ sob o nº 27.024.819/0002-26**, situada na Rodovia BR 101-km10, SN, Laranjeiras, Serra, ES, Cep. 29.176-798, neste ato representado pelo senhor **MARCIO SANT'ANNA PARENTE**, brasileiro, casado, consultor de vendas, portador do **CPF nº.027.531.507-02 e RG 1.038.713-SSP/ES**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, nos termos do procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000022/2017 e Ata de Registro de Preços 035/2017, da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA e Processo nº 1.182/2018, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 2.247/13, da Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo de Contrato é a **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2017, SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA, VISANDO AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA 6X2**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste contrato.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Características	Quant	Valor unit.	Valor total
AQUISIÇÃO CAMINHÃO PRANCHA 6X2- com cabine avançada, com estrutura e revestimento em aço; ar condicionado, motor de 06 cilindros em linha, gerenciamento, eletrônico; turbinado e interculado; potência de 230 CV, transmissão de 06 velocidade a frente e 01 a ré; suspensão com molas semielípticas, PBT de 23.000 kg; Freios dianteiro e traseiro a tambor com acionamento pneumático (será utilizado para instalação de uma carroceria prancha). Carroceria Prancha. Características: largura 2.600 mm; comprimento de 9.000mm, mais 1.000mm (de rabo de andorinha), total de 10.000m, chassi em perfil I em aço de alta resistência; assoalho em pranchões de madeira, longitudinal; traseira inclinada para facilitar carga/descarga; rampa traseira com acionamento hidráulico, caixa de ferramenta instalada; faixas reflexivas laterais e traseira; para barro em borracha; para choque completo; demais características do produto padrão; documentação pra homologação, capacidade de carga de 20 toneladas, emplacado e com tanque cheio-marca FORD- modelo: Cargo 2423	01	253.000,00	253.000,00

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais)** de acordo com os preços consignados na ata 035/2017, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Agricultura 18001: Ficha 192; Fonte 1605; (Royalties Estadual)



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Elemento de despesa 44905200000, Equipamentos e Material Permanente.

CLAUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA GARANTIA

3.1 - O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura em **03 de abril de 2018 a 15 de dezembro de 2018**.

3.2- O produto objeto deste contrato deverá ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo.

CLAUSULA QUARTA- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 – O produto deverá ser entregues em no máximo 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de fornecimento pelo órgão competente da Prefeitura municipal de Conceição do Castelo, correndo por conta do contratado as despesas decorrentes de fretes, seguros, etc.;

4.2- O produto deverá ser entregue, na sede da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES, na Avenida José grilo, 426, Centro, Conceição do Castelo, conforme objeto contratual que verificará o atendimento a todas as exigências e condições;

4.3- O fornecedor deverá cumprir todas as exigências constante no edital Pregão Eletrônico 022/2017 e Ata de Registro de Preços 035/2017, da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA.

5 - CLAUSULA QUINTA- DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses:

A- Alteração da política econômica do país, que resulte reflexos nos preços ajustados;

B- Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;

C- Por força de situações imprevisíveis que produzam reflexos nos preços de mercado;

D- Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovadas a inviabilidade de praticar os preços ofertados, desde que devidamente aceitos pela administração.

5.2- A revisão que se trata este item deverá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise dos elementos que sustentem a necessidade de revisão.

5. 3- Quando os preços contratados por motivo superveniente, tornar-se superior aos praticado no mercado, caberá a administração:

a) Convocar o Contratado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

praticado no mercado;

B- Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

C - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.4- Os fatos decorrentes de situações imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar aos preços ofertados, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.

5.5- A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.

CLAUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1- O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a entrega do produto, após emissão de nota fiscal eletrônicas, sem emendas ou rasuras e atestado pelo setor requisitante.

6.2- Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da nova fatura devidamente contratual.

6.3- O município de Conceição do castelo poderá deduzir do pagamento, importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada.

6.4- É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

7.1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1- Entregar o produto de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro da garantia;

7.1.2- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do contratante;

7.1.3- Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

7.1.4- Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;

7.2- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

7.2.1- Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

7.2.1- Designar servidor (ou comissão de no mínimo 03 membros) para acompanhamento e fiscalização da entrega do produto adquirido.

8 - CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

8.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a Contratada que:

10.1.1 - Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

- 10.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3 - fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4 - comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5 - cometer fraude fiscal;
- 10.1.6 - não manter a proposta;
- 10.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 10.2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 10.2.2 - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 10.2.3 - multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 10.2.4 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 10.2.5 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - 10.2.6 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:
 - 10.3.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2 - tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3 - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.
- 10.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

10.6 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

10.7 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da empresa, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.8 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Faz parte do presente Contrato, integrando-se de forma plena, independentemente de transcrição:

11.1.1 - ANEXO I - Ato de Designação de Fiscal do Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Conceição do Castelo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Conceição do Castelo, ES, 03 de abril de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTAUTO CONTINENTE AUTOMOVES LTDA
MARCIO SANT'ANNA PARENTE
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Ato de Designação – Fiscal de Contratos

DADOS DO CONTRATO

PROCESSO Nº	1.182	DATA	2018	CONTRATO Nº	028/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO	R\$ 253.000,00	VIGÊNCIA	03 de abril de 2018 a 15 de dezembro de 2018.		
CONTRATADO	CONTAUTO CONTINENTE AUTOMOVES LTDA				
OBJETO	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA 6X2				

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar o servidor **ANTONIO CARLOS SOARES DA SILVA**, Matrícula nº 038227, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura; fiscal do contrato nº **028/2018**, em substituição a senhora LUCULENE JUBINE BISSACO, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376/2014, devendo ainda:

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

IV - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.

V - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

VI - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.

VII - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.

VIII - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.

IX - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.

X - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.

XI - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).

XII - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.

XIII - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

XIV - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XV - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.

XVI - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.

XVII - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.

XVIII - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.

XIX - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376/2014**), de acordo com os percentuais determinados.

XX - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376/2014**).

XXI - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

XXII – Preencher o "Formulário de Solicitação de Pagamento" (**Anexo H do Decreto nº 2.376/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o "Formulário *CheckList*" (**Anexo I do Decreto nº 2.376/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.

Conceição do Castelo, ES, 18 de maio de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO

Ordenador de Despesas

CIÊNCIA DO (A) SERVIDOR (A) DESIGNADO (A)

Eu **ANTÔNIO CARLOS SOARES DA SILVA**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Fiscal